

Novo Código Florestal

Sanando injustiças

Marco Olívio Morato de Oliveira*

É FATO que o Código Florestal brasileiro, conceitualmente, é um dos mais modernos quando comparado ao de outros países. Na prática, porém, criou um passivo, um débito que foi injustamente imputado aos proprietários rurais. Além de perderem o direito de utilizar o bem proveniente do seu esforço e trabalho, muitas vezes se viram obrigados a recompor as áreas que na legislação anterior foram legalmente abertas. A intenção da mudança, ocorrida em 2000, foi boa: dar à Reserva Legal (RL) a função de reserva ambiental, onde a biodiversidade já existente fosse preservada. Mas, neste caso, um ponto teria de ser considerado: não só os benefícios deveriam ser coletivos, mas também os ônus decorrentes desse processo, questão que não foi prevista na lei.

Cabe lembrar que a redação inicial do Código tinha instrumentos como RL só para a Amazônia. As Áreas de Preservação Permanente (APP) ficavam restritas a cinco metros de vegetação nas margens dos rios, independentemente da sua largura. As restrições e os limites que aconteceram ao longo do tempo não tiveram a devida atenção do poder público.

A questão é tão importante, que as legislações mais modernas que tratam do meio ambiente têm internalizadas conceitos de pagamentos por serviços ambientais. Estes ainda são uma incógnita, pois devem considerar em seu cálculo alguns benefícios que são intangíveis e transformá-los em retornos financeiros ao prestador desses serviços.

Enquanto essas questões não estão sendo resolvidas, existe o medo da devastação, que assombra e influencia a opinião pública e alguns setores do Exe-

cutivo, Legislativo e Judiciário, cenário que também serve para o oportunismo de alguns. O ideal, na verdade, seria que as políticas públicas e a ação do Judiciário se pautassem na realidade do nosso povo, do nosso território de dimensões continentais, onde cada região tem suas peculiaridades e, com isso, construísem e implementassem instrumentos que, ao mesmo tempo, promovessem a justiça e a recuperação ambiental.

O que vemos, porém, é uma falta de compreensão sobre o assunto, por mais que estudos sérios mostrem que o mais interessante seria:

- a) preservar o que ainda existe;
- b) mapear áreas sensíveis;
- c) promover o adequado tratamento das unidades de conservação, pois estas ainda sofrem com a não regularização fundiária.

Embora alguns digam que o atual Código Florestal tenha embasamento científico, os estudos são experimentais e somente comprovam que o mesmo está aquém do ideal para a manutenção da biodiversidade. O resultado disso tudo é a geração de conflitos – perde o meio ambiente, perdem os proprietários rurais, perde a sociedade como um todo, e ainda não temos a resposta de quem pagará por isso.

Foi para tentar resolver esses conflitos que uma comissão especial na Câmara dos Deputados redigiu o novo texto do Código, com esmera relatoria do deputado Aldo Rebelo. Nesse momento, considerou-se que a adoção de mecanismos eficazes de proteção e promoção da qualidade ambiental é condição indispensável para a própria sustentabilidade da produção agropecuária. É a partir dessa perspectiva

que o relatório, com caráter de substitutivo, aprovado nessa comissão especial, propõe a suspensão de novas supressões de florestas nativas pelo prazo de cinco anos para abertura de novas atividades agropecuárias, atrelada à consolidação das áreas já utilizadas com tais atividades.

Aspectos relevantes do novo texto:**1 – Moratória**

O primeiro dos mecanismos previstos (moratória na supressão de florestas para abertura de novas áreas com fins agropecuários) tem por finalidade criar condições para definir de modo adequado a forma de preservação e de ocupação das áreas cobertas por vegetação nativa, inclusive no que tange à melhor utilização das áreas em que já ocorreu a conversão do solo. Nesse sentido, o substitutivo destaca que o Poder Público deve instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para a recuperação de áreas degradadas, justamente para diminuir a pressão pela abertura de novos espaços para atividades agrícolas.

2 – Áreas consolidadas

O relatório propõe também conferir tratamento diferenciado para os locais onde já são desenvolvidas atividades rurais, especialmente para diminuir a pressão decorrente da grave situação de insegurança jurídica atual. O substitutivo define área rural consolidada como “a ocupação antrópica consolidada até 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvopastoris, admitida nesse último caso o regime de pousio”, mesmo que localizadas em APP ou de RL (art. 3º, III c/c art. 25 do substitutivo).



Sociedade

Nessas hipóteses de áreas consolidadas, entre outras, podem-se destacar as seguintes medidas previstas no substitutivo:

a) não é permitida a expansão da área utilizada;

b) devem ser adotadas práticas destinadas à conservação do solo e dos recursos hídricos;

c) o imóvel deve ser cadastrado junto ao órgão ambiental estadual;

d) as multas administrativas aplicadas terão sua cobrança suspensa;

e) incumbe-se aos estados elaborar Planos de Regularização Ambiental, no prazo de até cinco anos, nos quais serão definidas as medidas de adequação dos imóveis rurais, de acordo com suas peculiaridades locais (aspectos distintivos da bacia hidrográfica, histórico da ocupação e uso do solo etc.) e atendendo a critérios técnicos.

3 – Reserva Legal

O substitutivo aprovado na comissão especial mantém a RL, inclusive os percentuais previstos na legislação atual (80% e 35% na Amazônia Legal e 20% para o resto do País), mas traz diversas inovações no que diz respeito a seu regime jurídico, sem prejuízo da necessidade de manutenção dos remanescentes de vegetação já existentes no imóvel, que não poderiam ser suprimidos em razão das novas regras.

As propriedades com até quatro módulos fiscais ficariam desobrigadas a cumprir as exigências relativas à RL. Já para as demais propriedades, o percentual somente se aplicaria para a área que excedesse essa extensão. Como regra geral, a definição da localização seria uma prerrogativa do proprietário, podendo os Estados definirem requisitos. Além disso, nos casos em que a mesma fosse exigível, seria admissível o cômputo das APPs no seu cálculo, desde que tais áreas estivessem conservadas ou em processo de recuperação, e que isso não implicasse a conversão de novas áreas, ou seja, que fossem proibidos novos desmatamentos.

Nas áreas consolidadas com déficit de RL, caberia às Unidades da Federação, por meio dos Planos de Regularização Ambiental, definir como seria promovida a recomposição de tais áreas, sendo viável, inclusive, a redefinição desses locais. Durante o prazo para elaboração dos planos, a averbação no Ofício de Registro de Imóveis seria feita voluntariamente pelo proprietário.

Ainda neste tema, os Estados poderiam criar fundos destinados à regularização fundiária de unidades de conservação, sendo que a participação nestes poderia ser utilizada como forma de atender à obrigação relativa à RL.

4 – Áreas de Preservação Permanente

O substitutivo aprovado mantém o instituto das APPs. Utilizando a lógica da

legislação hoje vigente, continuam previstas as faixas de preservação ao longo de cursos d'água. Nos termos do novo texto, porém, seria criada uma nova faixa de APP para cursos d'água que tenham até cinco metros de largura, cuja proteção marginal seria de 15 metros. Ainda segundo o texto, seriam trazidos para a lei novos limites, tal como ocorre nos casos de reservatórios d'água naturais e artificiais (que atualmente estão disciplinados apenas em atos infralegais).

A recomposição de APPs também seria uma das medidas inseridas no âmbito dos Planos de Regularização Ambiental, levando em consideração as peculiaridades locais (por exemplo, aspectos distintivos da bacia hidrográfica e o histórico de ocupação e uso do solo).

Enfim, todo o esforço da comissão especial, principalmente de seu relator, resultou em um texto sóbrio, mais próximo da realidade e com o objetivo de minimizar as injustiças cometidas na versão anterior, e assim promover a prática da preservação do meio ambiente. Vale lembrar que o equívoco na redação anterior não está no conceito que acertadamente aborda a biodiversidade, e, sim, na divisão das responsabilidades e na eficiência prática de sua aplicação. ■

* Especialista em Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)